

Socorro! O Governo Pede Socorro! (Salvem a MP 232!)

Autor: **Aderbal Nicolas Müller ***



Aderbal Nicolas Müller

Lamentável a atuação do atual governo federal nas articulações políticas e nas tentativas frustradas de reorganização tributária. Aumento de impostos é a nova ordem política nacional! Parece uma bandeira com a qual ninguém concorda: partidos políticos, empresários, contadores e, principalmente, a sociedade. Ah, coitada da sociedade! É a primeira vez na história da República que nosso Presidente e Vice-Presidente não possuem nível superior. E ainda querem fazer a reforma da reforma do ensino universitário. Desculpe, mas não sabem nem do que estão tratando e sobre o que querem falar.

Bem, voltemos à reforma da reformada, já reformada, para os tributos, excessivos tributos. Vamos nos ater apenas ao momento histórico da MP 232 (Será que ainda podemos falar de MP 232 ?). Primeiramente vamos destacar o embate do governo, isso mesmo, embate e não empate, pois a derrota frente à oposição foi mais uma, entre tantas vergonhas que estamos presenciando. Falta de articulação política e de respaldo de argumentos válidos e eficazes para convencer qualquer um. Até mesmo o Presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, afirmou diante dos líderes da Frente, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara: "Quem tem idéia fixa é doido e o governo atendeu às ponderações da sociedade. Se não tivesse atendido, seria doido". Deveria ser mais ponderado em tudo o que propõe.

A proposta de atualizar a tabela do imposto de renda em apenas 10%, além de atrasada é defasada. A tabela atual entrou em vigor em 1º de janeiro de 2002 através da MP 22/2002, ratificada pela Instrução Normativa SRF 118, de 10 de janeiro de 2002. De lá para cá são 1.155 dias sem atualização. O IGP-DI (FGV) variou 53,724% nesse período. Outros índices de inflação, um pouco mais razoáveis, variaram quase 36%. É o caso do INPC do IBGE que variou 35,7835% ou da Cesta Básica, que acumulou 35,27134% no mesmo período. E o governo quer corrigir a defasagem em apenas 10%. Isso é apenas um paliativo para aliviar a pressão social. No ano passado o governo adiou a atualização da tabela para 2005, concedendo um "ridículo" abono, que atenuou quase insignificativamente o impacto para os que ganham na faixa de tributação de 15% de IR. Acima nem se fala! É desprezível! A tabela deveria sim ser corrigida, reformada, reestruturada, com mais faixas de tributação e novas alíquotas intermediárias. Hoje temos apenas 15% e 27,5% e é só.

O governo quer fazer justiça social? Deveria começar por aí! A faixa de isenção, hoje em R\$ 1.164,00 estaria em R\$ 1.626,40 se corrigida pelo IGP-DI, em R\$ 1.436,59 se corrigida pelo INPC e em R\$ 1.431,17 pelo índice da Cesta Básica. Assim os assalariados menos favorecidos, que ganham abaixo desta faixa, estariam isentos e não pagariam Imposto de Renda, podendo complementar a disponibilidade financeira necessária a melhorar sua cesta básica e sua qualidade de vida. Ah, mas os falaciosos argumentos do governo não permitem qualquer redução na arrecadação tributária. E, pior, são suficientemente ignorantes para informar, em rede nacional de televisão, que o governo não pode aumentar as despesas sem o respectivo ingresso de recursos por meio de nova arrecadação. Primeiro que não é aumento de despesa, mas perda de arrecadação, e eles misturam tudo. Segundo que existem coisas chamadas de planejamento, plano plurianual, orçamento público etc que podem ser instrumentos de auxílio à definição das políticas do governo. É, acho que eles estão precisando de alguns Contadores com Nível Superior no Planalto! Enquanto isso, Salve-se quem puder!

* **Aderbal Nicolas Müller** é Doutor em Gestão de Negócios, Professor e Coordenador da FAE Business School e Perito Contador. E-mail: amuller@fae.edu